

O Militante

GES
PCP

BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

CONTRA AS TENDÊNCIAS OPORTUNISTAS

Organizar e desenvolver as lutas de massas

confiar no povo

É conhecido e sabido que a praga do revolucionarismo verbal irrompe como brotoeja sempre que se começa a viver um período de afluxo do movimento revolucionário de massas. Elementos oriundos de várias camadas da população, em especial da pequena e média burguesia, logo que têm lugar umas tantas lutas de massas de maior saliência ou uma grande manifestação de rua, saem do estado de descrença e de apatia em que, de um modo geral, estavam mergulhados para um estado de euforia desmedida, ostentam um revolucionarismo sem princípios, defendem e propõem medidas de força ultra-revolucionárias, gritam que a revolução está na ordem do dia, que todas as condições estão maduras para a insurreição que é preciso desencadear sem perda de tempo.

Logo, porém, que a vida mostra, a quem queira ver, que a revolução não é um jogo de crianças, mas sim uma obra muito séria cuja realização encerra grandes dificuldades, exige sacrifícios enormes, obriga a avanços e recuos, a derrotas amargas no caminho que conduz ao triunfo final, esses elementos, depois de primeiro tentarem atribuir responsabilidades a outrem por aquilo que consideram um fracasso, tombam, em geral, no pior derrotismo. Das posições esquerdistas que ignoram as massas e nelas não confiam passam para as posições de direita que igualmente ignoram e não confiam nas massas. Quando a realidade não se ajustou aos seus desejos delirantes, voltam de novo as esperanças para o golpe militar que está sempre para breve, ou esperam dos dissidentes do regime uma qualquer solução para o problema político português.

Aqueles que ainda há pouco gritavam à revolução depressa, muito depressa, são, em boa parte, os mesmos que hoje procuram impedir toda e qualquer acção de massas, ou mesmo qualquer acção individual, contra qualquer prepotência das autoridades administrativas e policiais porque, dizem, pode prejudicar, dificultar e mesmo impedir um futuro arranjo com certos elementos das forças armadas discordantes de aspectos da política imposta por Salazar.

No momento presente discute-se em certos círculos democráticos o fenómeno do contínuo agravamento das contradições internas do regime e conclui-se que é preciso aproveitar a situação, em particular o descontentamento e as divergências mais ou menos visíveis que crescem nas fileiras salazaristas com vista, dizem, ao diálogo e a conseguirem-se aberturas que conduzam à «liberalização» do regime.

Não é, porém, para incrementar a luta de massas contra o regime e forjar uma unidade sólida e actuante para o derrubar e instaurar a democracia que os democratas pensam aproveitar as dificuldades com que se debate a camarilha salazarista. Segundo alguns democratas (entre eles um ou outro comunista), o papel das forças democráticas não é manterem-se alheias à situação que se processa no seio do regime, mas intervirem apoiando «as forças fascistas de esquerda» (sic.) Fazendo-o, dizem, obterão em troca certas concessões como maior liberdade de imprensa (não conhecemos nenhuma) talvez a formação de um ou outro partido, talvez a liberdade de reunião, etc.. É a história do prato de lentilhas com a variante de que não as comem antes... É de novo a tese de que as forças demo-



cráticas devem ser um apêndice dos fascistas dissidentes.

Qualquer elemento do nosso Partido que se deixe arrastar para posições capitulacionistas como as que vimos apontando não está em condições de orientar a sua actividade pelo caminho seguro da luta de massas e da unidade de acção das forças democráticas contra a ditadura fascista sem compromissos e abdições de princípios. Em vez da confiança na força revolucionária inesgotável que encerram as massas po-

X X X X X X

Estas tendências capitulacionistas desenvolvem-se hoje entre certos sectores democráticos e um ou outro comunista sob a palavra de ordem política de que não é de prever, a curto e a médio prazo, uma revolução em Portugal, pela situação do Partido, dizem, pela divisão das forças democráticas, e também em consequência da emigração (escape de energias revolucionárias), etc.. Ao mesmo tempo que afirmam isto constata-se contraditoriamente que se agravam os vários aspectos (económico e financeiro, político e militar) da crise do fascismo e se agravam também as dissidências internas do fascis-

X X X X X X

Reconhecem os elementos em causa que o fascismo atravessa uma grave crise, que se agravam cada vez mais as suas contradições internas ao ponto de provocarem dissidências aqui e ali e perda de confiança entre muitos outros elementos do regime quanto a uma saída «airosa» da situação desastrosa para que Salazar arrasta o País.

Uma tal apreciação, no essencial justa, deveria conduzir logicamente à compreensão de que era necessário incrementar a luta de massas pelas suas reivindicações económicas, políticas, culturais e outras, reforçar e ampliar a organização das forças democráticas e coneretizar a sua unidade na acção prática pela conquista da liberdade política. Mas, como já vimos, foi outro o caminho escolhido e apontado por esses elementos.

Que as contradições internas do regime se agravam de dia para dia não é novidade nenhuma. O nosso Partido tem-no apontado constantemente. Importa, porém, salientar mais uma vez que esse agravamento não se processou por geração espontânea. No fundamental é devido à luta diária do proletariado português e do seu Partido Comunista, dos camponeses, dos estudantes e intelectuais, de largos sectores da pe-

X X X X X X

O problema não pode nem deve pôr-se, pois, em termos de «liberalização» do regime pelo jogo espontâneo das suas contradições internas e muito menos em termos de compromissos ou

pulares, tais concepções conduzem ao resvalamento para posições de reboquismo e de entrega da iniciativa da luta política contra a ditadura a certos dirigentes da burguesia liberal e da pequena burguesia sempre vacilantes, sempre temerosos das acções populares e, por isso mesmo, não poucas vezes propensos a conluios com os dissidentes ou pseudo dissidentes do regime, desde que estes lhes acenem com promessas de actuação política legal ou de uma «liberalização» do regime a curto prazo.

mo salazarista.

Quer dizer, em vez de se desenvolverem todos os esforços para organizar, estruturar as organizações e unir na base de um programa mínimo de acção todas as forças democráticas contra a ditadura fascista de Salazar, de se virarem audaciosas e firmemente para as massas populares e de confiarem nelas, capitula-se ante as dificuldades, vira-se as costas às massas laboriosas e, como corolário lógico, volta-se as esperanças para «as forças fascistas de esquerda». Triste perspectiva na verdade...

quena burguesia e das classes médias, dos militares, das acções das forças democráticas, pelas suas reivindicações económicas, políticas e culturais, contra as guerras coloniais, pela paz, pelas liberdades democráticas, assim como à luta armada dos povos das colónias portuguesas pela sua independência nacional, que as contradições internas do regime se têm aprofundado.

A realização prática da unidade de acção das forças democráticas por objectivos muito precisos imediatos e mediatos; o desenvolvimento da luta de massas pelo pão, contra a guerra colonial, pela abolição da censura, contra a repressão e pela amnistia, são a via segura para aprofundar até ao extremo as contradições internas do regime e criar assim as condições necessárias para passar à preparação técnica da revolução que derrubará a ditadura fascista, instaurará a democracia e encaminhará o País para o progresso e o bem-estar do povo.

É para esta orientação que se devem virar todos os comunistas com ardor e entusiasmo revolucionários seguros de que só a luta de massas com a classe operária à frente dará ao povo português a liberdade e a verdadeira democracia.

de definições políticas de carácter oportunista: «para dar confiança aos fascistas descontentes e dissidentes, tais como: «evitar a revolução nas ruas», a «trágica confrontação dos extremismos».

ideológicos», «nada haverá a temer quanto às estruturas políticas, económicas e sociais fundamentais», etc..

O dever dos revolucionários, e em primeiro lugar dos comunistas, é desenvolver um intenso e permanente trabalho de organização e de estruturação das organizações clandestinas, é fomentar, organizar e orientar a luta de massas pelas suas reivindicações e contra a ditadura como o caminho mais seguro para aprofundar as contradições internas do fascismo e exacerbar ao máximo as contradições antagónicas entre a grande massa do povo português e o poder dos monopólios que a ditadura fascista de Salazar personaliza. **É em termos de Revolução que as coisas devem ser postas.**

O diálogo de que se fala constantemente entre democratas é de desejar, sim, mas entre as forças democráticas e destas com as largas massas populares sobre os problemas políticos nacionais e internacionais com incidência sobre a situação política nacional, com vista a encontra-

rem-se pontos de acordo e formas de acção comuns capazes de elevar a luta de massas contra a ditadura fascista a níveis mais elevados, tanto em largueza como em profundidade, à concretização prática da larga frente democrática e anti-fascista necessária para conduzir o povo português à conquista da democracia. Os exemplos de grandes lutas passadas, umas, e bem recentes, outras, mostram que é este o caminho a seguir até ao fim e sem desvios pelos comunistas.

A revolução democrática e nacional não contém na sua definição que se deve confiar na «liberalização» automática do regime, que se deve colocar o movimento democrático a reboque dos grupos fascistas dissidentes e descontentes, que se deve defender a continuação do salazarismo sem Salazar. A luta popular de massas é o motor da revolução. Chega-se a ela tanto mais depressa quanto mais depressa as forças democráticas compreenderem que têm de baser a sua acção na confiança do povo. Nós, comunistas, não nos afastaremos deste caminho.

A CÉLULA DE EMPRESA

Organismo vivo do Partido

A célula de empresa, o organismo de base do Partido nas fábricas, oficinas, empresas, centros de transporte, nos vários locais de trabalho, é um elo fundamental da ligação do Partido com as massas.

Através da célula de empresa cabe ao Partido estabelecer o contacto com a classe operária na sua vida de todos os dias, conhecer os seus problemas mais importantes, auscultar a sua disposição de luta, esclarecê-la sobre as formas de exploração de que é vítima, orientá-la na sua

acção, elevar-lhe a combatividade, enriquecer-se com a sua experiência.

Quando a célula de empresa não desempenha a sua função fundamental, quando ela não existe nos centros industriais e nas principais empresas, quando ela vive dominada pelo trabalho sectário, pela rotina, quando se enfraquece por falta de ligação com as massas, o Partido enfraquece-se igualmente, porque lhe falta o núcleo fundamental da sua força.

Multipliquemos as células de empresa

A reunião de Agosto do Comité Central trouxe a primeiro plano as tarefas de organização, apontou as debilidades que se registam e colocou na ordem do dia a necessidade de fazer avançar o Partido, de estruturá-lo nas grandes zonas industriais, nas empresas-chave, nas maiores fábricas, lá onde trabalha, sofre e luta a classe operária.

Analisando as deficiências registadas verifica-se que temos de dedicar uma atenção redobrada à criação de células de empresa, encontrando as formas práticas de concretizar uma tal actividade.

Estamos em face de novas perspectivas de luta, criadas pelo aumento do custo de vida, pela intensificação da exploração capitalista, pela introdução de novos ritmos de trabalho, pela

guerra colonial, pela política fascista de submissão ao imperialismo estrangeiro e de protecção aos monopólios. Estamos em face de um descontentamento crescente dos trabalhadores, motivado pela diferença cada vez maior entre o nível dos salários e o crescimento dos preços.

As novas perspectivas de luta requerem, da parte do Partido, um maior esforço de organização no sentido de penetrar profundamente nos centros industriais, nas fábricas e empresas, criando aí organismos de base—células de empresa—, fortalecendo as que já existem, de modo a assegurar uma direcção efectiva às lutas da classe operária. Se este esforço de organização não for realizado, se os militantes do Partido não forem ganhos para o cumprimento destas tarefas, retardamos o desenvolvimento das lutas

de massas e a sua acção decisiva sobre a mobilização de outros sectores e das forças políticas anti-fascistas, com vista ao levantamento nacional, ao derrubamento da ditadura.

Dar ao nosso Partido uma base sólida significa criar numerosas células de empresa, significa

desenvolver o trabalho de organização nas regiões industriais, tomando medidas concretas e eficientes para que o Partido se fortaleça, para que avance com segurança na organização e mobilização da classe operária para a conquista das suas reivindicações fundamentais.

A empresa, centro da actividade do Partido

Ante as dificuldades que se levantam ao trabalho de organização, em resultado dos golpes policiais e da vigilância, é de todo o interesse armar os militantes com a experiência do Partido, não para a transformar em receita, mas para dela se sacarem os ensinamentos, que permitam vencer as deficiências que se manifestam.

A reunião do Comité Central de Agosto passado assinalou a necessidade de se renovarem os processos de organização, tendo em conta a experiência do inimigo e a defesa do nosso trabalho.

Por isso, os organismos de direcção, os comités regionais e locais e as células de empresa devem debruçar-se atentamente sobre este assunto, buscando as formas mais eficientes para o alargamento do Partido a novas fábricas, a novos locais de trabalho, a novos centros industriais, encontrando os quadros para a realização destas tarefas, estudando com eles a melhor forma de penetrar numa empresa onde a organização foi destruída pela repressão policial, onde não há trabalho do Partido, ajudando-os a vencer as dificuldades de que esta acção se reveste.

O interesse, o entusiasmo, a persistência dos militantes, o conhecimento das condições de um sector, a assimilação da experiência do Partido na criação de novas organizações, no estabelecimento de contactos, no alargamento do trabalho, são factores que decidem na criação de novos organismos de Partido, de novas células de empresa.

A concentração da indústria em regiões fundamentais permite, ao Partido, logo que aí cria os fundamentos do seu trabalho, lançar braços de uma empresa para outra, encontrar os elementos mais honestos, mais combativos e mais dedicados da classe operária, que asseguram o desenvolvimento da organização em zonas que parecem de difícil acesso ou foram repetidas vezes batidas pela repressão.

Há empresas onde o trabalho do Partido se encerrou em si mesmo, onde os camaradas realizam uma actividade fechada, sem ligação com as massas, estranhos aos seus problemas, hostis a toda a acção reivindicativa, ao recrutamento de novos militantes, a uma actividade política sistemática.

A célula de empresa deve ser um organismo vivo do Partido

Há células de empresa que não reúnem, que não discutem os problemas do Partido e da classe operária, que mantêm durante anos um trabalho individual de contactos, que reduzem a sua acção à distribuição de imprensa e à recolha de fundos. Podem organismos com um tal estilo de trabalho assegurar a actividade dirigente do Partido?

A constatação de uma tal realidade exige antes de mais que se ajudem os militantes que assim agem a compreender que eles não seguem a orientação do Partido, que não servem os interesses dos trabalhadores, nem se defendem melhor da repressão procedendo deste modo. Trata-se de um aspecto da nossa luta contra o sectarismo, pelo desenvolvimento político das organizações de base e pela melhoria do controle da parte dos organismos superiores do Partido. Demonstrar aos camaradas de uma célula que o seu trabalho fechado e sem perspectivas é o pior inimigo da sua actividade, significa provar-lhes na prática, de forma precisa

e evidente, que só a actividade sistemática e organizada da célula, que só o seu trabalho político de esclarecimento, de direcção e de mobilização dos trabalhadores, pela defesa dos seus interesses permite elevar a consciência destes e reforçar a luta contra a exploração patronal, alargando ao mesmo tempo a influência do Partido e o número dos seus membros.

Como pode uma célula de empresa transformar-se num organismo vivo do Partido? Melhorando a sua vida política interna, reforçando a sua ligação com as massas.

Quando uma célula de empresa não reúne regularmente, esse facto é já por si um sintoma de debilidade, de falta de vida política. As reuniões da célula que benefícios comportam? As reuniões da célula permitem analisar a situação concreta da empresa, os problemas mais instantes que se levantam à actividade do Partido. Intensificou o patronato as formas de exploração? Continuam as multas e castigos? Pieram as condições higiénicas na fábrica? Surgem da

parte da gerência actos de demagogia, tendentes a «adoçar a pílula» do aumento da produtividade?

Estes e outros problemas devem servir de base à discussão nas reuniões da célula de empresa bem como às medidas que a situação imponha, com o objectivo de esclarecer, mobilizar e orientar os trabalhadores nas suas lutas, de fortalecer a sua consciência de classe, de anular a acção demagógica do patronato.

Uma célula de empresa precisa de mergulhar nos problemas dos trabalhadores, conhecê-los em profundidade e avaliar ao mesmo tempo o estado de espírito dos seus companheiros de trabalho, com olhos de ver, com olhos de comunista que quer servir os interesses da classe operária e não com olhos de pequeno burguês que menospreza o sentimento de revolta dos trabalhadores ou os ignora e encobre com pretensas atitudes extremistas e sectárias.

A célula de empresa é um organismo vivo do Partido quando nela pulsa vida dos trabalhadores, quando nela se tomam medidas acertadas para a defesa dos seus interesses, quando cada militante tem tarefas concretas a realizar em ligação com a situação da empresa e com a orientação do Partido.

O esforço organizativo dos militantes surge hoje com maior acuidade, em face das tarefas que se impõem ao nosso Partido na presente conjuntura política, em face das debilidades que se registam no domínio da organização. É esse esforço organizativo que levará o Partido às principais empresas, que o fixará nas grandes zonas industriais, que assegurará à classe operária uma direcção eficiente nas suas lutas, na conquista de melhores salários e de melhores condições de vida, no combate contra a ditadura e pela realização da revolução democrática e nacional.

A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

Numa grande empresa monopolista—a CUF

A luta dos trabalhadores da CUF do Barreiro, que vem desde há uns anos a destacar-se pela sua continuidade e nalguns casos pela sua energia, acaba de registar um novo êxito parcial: um aumento geral de salários que abrangeu cerca de 90 por cento do pessoal.

O aumento foi atribuído por escalões de 4\$00, 8\$00 e 12\$00. Os empregados receberam 10 por cento sobre o ordenado que auferiam. As mulheres tiveram, de um modo geral, aumentos de 4\$00 e 6\$00. O salário mínimo da Companhia passou de 52\$00 para 60\$00 (homens).

Esta nova subida de salários está longe de corresponder às crescentes necessidades ditadas pelo aumento do custo de vida.

A exiguidade do aumento provocou manifestações imediatas de desgosto e indignação. As-

siná-la-se a concentração do pessoal de várias secções nos escritórios, protestando contra o facto da maior parte ter tido apenas 4\$00 de aumento.

Escasso, embora, o aumento foi uma resultante evidente da luta dos trabalhadores da CUF, que se desenvolveu sob formas diversas, mas que girou em volta de um aspecto essencial: a melhoria geral dos salários. É certo que essa luta não atingiu nos últimos tempos a intensidade, firmeza, organização, nem se revestiu de carácter colectivo que anunciasse o recurso a formas superiores de acção. Este facto explica sem dúvida a pequenez do aumento e o longo tempo que os trabalhadores aguardaram a satisfação das suas reivindicações.

Meios especiais de explorar e oprimir

Nem tudo tem permanecido igual ao longo destes últimos anos, no que respeita a formas de exploração e de opressão patronais, a formas de luta dos trabalhadores e aos resultados do embate das duas forças.

A partir de 1962 os capitalistas da CUF passaram a pôr em prática meios novos de exploração e opressão da classe operária. O «sistema do mérito» veio substituir o «sistema do prémio» como forma de forçar os operários a produzir cada vez mais.

Segundo o «sistema do mérito» os salários-base podem ser acrescentados com sucessivos aumentos de 4\$00, que também podem ser reti-

rados, baixando a remuneração à sua base inicial. Tudo depende da apreciação feita ao trabalhador, a qual leva em conta não só a produção realizada como acontece no «sistema do prémio», mas também, e muito, a assiduidade ao serviço e o comportamento. Estas revisões ao «mérito» dos trabalhadores são efectuadas todos os três meses, pelo que é constante quer a possibilidade de o atingirem quer de o perderem. Vê-se facilmente como este processo visa manter os trabalhadores mais fortemente amarrados à disciplina da empresa e ao mesmo tempo constituir um foco de permanente rivalidade e desunião entre os companheiros de trabalho.



A criação da Comissão Interna da Empresa (CIE), a primeira instituição patronal do género surgida em Portugal, foi uma inovação de vulto e de larga repercussão nos hábitos e nas condições de luta dentro da empresa. Mensalmente, os patrões ou seus representantes e delegados dos trabalhadores e funcionários superiores e, como pretendiam os capitalistas, dar-lhes solução «em boa harmonia». Assim vemos os capitalistas da CUF, através desta instituição, tentar iludir os operários, disfarçando a escravidão a que os sujeitam. Escravidão que começa logo por se afirmar dentro da própria CIE: sendo 8 os seus elementos, somente 3 são delegados dos operários, quando é certo que estes abarcam a maioria do pessoal; impõem-se exigências de anos de serviço e bom comportamento (quer dizer, submissão) para a elegibilidade, que têm como consequência a eliminação..... automática de muitos dos operários mais capazes para, com firmeza e honestidade, defenderem os interesses da sua classe.

Acompanhando estas inovações nas formas de explorar e oprimir, os capitalistas da CUF lançaram uma intensa campanha ideológica. São seus conceitos fundamentais a «harmonia de classes», o «interesse mútuo de patrão e operários», a «família que ambos constituem», a «máxima produtividade e actividade dos operários como único meio de melhorar os salários» e outros mais do mesmo estilo. Esta propaganda ideológica, ampla e persistente, faz-se de mo-

do contínuo através de várias publicações, luxuosas e caras, mas gratuitamente distribuídas, das actividades sociais e dos discursos dos patrões e lacaios.

Juntamente ainda o crescente recurso à diferenciação nos salários, nas promoções e na distribuição das «broas» que já vem de trás. O que há de novo a assinalar é o grau ascendente em que se faz tudo isso mantendo as maiores e mais flagrantes desigualdades entre as remunerações dos trabalhadores. O objectivo é aqui ainda e sempre criar desunião aplicando o princípio «dividir para reinar».

Os capitalistas da CUF que detinham todo um portentoso aparelho militar de repressão inteiramente às suas ordens, trataram de aperfeiçoar meios antigos ou de criar meios novos, aparentemente mais frágeis, mas no fundo não menos eficazes e mais vantajosos: os focos de desunião entre os operários, as liberdades a mascararem escravidão, o avivar de preconceitos negativos ainda existentes em certos trabalhadores, a corrupção, etc..

Nós não devemos, seguramente, desligar estas inovações da situação vivida na empresa e no País. Em 1961/62, esteve no auge a luta do proletariado e do povo. Na CUF, o mesmo auge se registava: uma combatividade assinalável, uma unidade firmada, a realização de paralisações e concentrações, um abaixo-assinado gigante (4.000 assinaturas) e, em vésperas do 1º de Maio, a conquista dum aumento geral de salários.

Resposta dos trabalhadores à ofensiva patronal

Conseguiram os capitalistas da CUF atingir os seus objectivos?—Não, plenamente. Sim, em parte. Aquela parte em que ainda muitos trabalhadores se deixam enleiar pela propaganda, corromper pelas pequenas vantagens (o número de operários de chefia é enorme), ludibriar pelo «sistema do mérito», sujeitando-se a trabalhar desalmadamente e em concorrência aberta com os seus camaradas. Aquela parte ainda em que a CIE tem iludido muitos operários que a consideram como a única forma de luta válida ou baralhando ideias a outros que, ao contrário, pensam que é desconhecendo a sua existência que se anularão os seus efeitos negativos, entre os quais a pretensa ilegalização de tudo que se faça fora dela e o consequente temor de trilhar o caminho da luta directa das massas nos locais de trabalho ou junto dos patrões.

Em contrapartida, os trabalhadores, na sua generalidade, têm assumido uma atitude acertada face aos estratégias patronais. O «mérito», têm-no denunciado como foco de divisão, exigindo a sua integração no salário e procurando que todos se mantenham solidários, em vez de se envolverem em rivalidades. Com frequência, ele tem dado origem a paralisações, concentrações e aos mais variados protestos.

A CIE, essa tem sido, em vez de um veículo

da propaganda patronal, uma arena de choques constantes e, nalguns casos, acesos entre trabalhadores e patrões. Em lugar de se mostrarem indiferentes face à CIE, os trabalhadores tomaram a ofensiva e desde sempre têm conseguido, no conjunto, assegurar a eleição de delegados fiéis à classe, rechaçando quase invariavelmente os principais lacaios que têm pretendido fazer-se eleger. Promoveram múltiplas reuniões de secção com a participação de dezenas de trabalhadores que no seu total mobilizam largas massas, discutindo abertamente os seus problemas e formulando com vigor as suas reivindicações. Nas reuniões com a Administração, os delegados, cumprindo o mandato da massa operária, têm exigido repetidas vezes, insistentemente, energeticamente, as suas reivindicações. Desta forma, a luta na CIE acabou por lhe raspar os últimos resíduos do verniz que acaso ainda conservasse, despedaçando o mito da «paz de classes», da «família CUF», do «patrão amigo, companheiro e irmão dos operários», etc., etc.. Acossados pela decidida luta dos trabalhadores, os patrões passaram a usar abertamente da força repressiva, dos castigos, dos despedimentos. Foi precisamente aquilo a que se assistiu no ano findo.

Estes factos seriam suficientes para mostrar

A evidência que a linha estabelecida, preconizando a utilização da CIE pelos trabalhadores, foi e é acertada. Ela cria dificuldades e entraves às formas superiores de luta (para isso os capitalistas da CUF a criaram). Mas não é desconhecendo-a que essas dificuldades podem ser vencidas. Por tal caminho, jamais se alcançará qualquer resultado positivo. As suas consequências seriam uma manobra mais fácil para os patrões. Ao contrário, conquistando-lhes o terreno da própria CIE, neutralizando-a como instrumento da sua demagogia e, até, transformando-a num meio de desmascaramento e pressão sobre eles, os trabalhadores vencerão as dificuldades criadas pela CIE e abrirão caminho para fases superiores de luta. Este ponto de vista não exclui a possibilidade de ser justa a boicotagem da CIE em certo momento. Mas esse momento será apenas aquele em que as massas revelem manifestas disposições para as formas superiores de luta e até as já estejam a empregá-las. Fora dessas condições, e enquanto se mantiverem os termos actuais do seu funcionamento (os capitalistas da CUF podem vir a introduzir restrições ou a praticar arbitrariedades que alterem completamente os dados do problema), o abandono da CIE só aos patrões favorecerá.

Todavia, uma coisa é certa e importa que para ela virem a sua atenção todos os trabalhado-

res. Se nos últimos anos não se têm deixado dominar, promovendo sempre lutas e fazendo-as chegar a pontos altos, os trabalhadores não têm conseguido fazê-lo em grau suficientemente forte para levarem de vencida os capitalistas obrigando-os a aceitar, no todo ou na maior parte, as suas mais importantes reivindicações.

Esta observação não deve apagar o valor da luta que os trabalhadores da CUF do Barreiro têm desenvolvido nem os efeitos do recente aumento de salários. Trata-se de uma luta digna, rija, que só uma forte consciência de classe e uma acção incessante poderiam conseguir. Levem-se em linha de conta os especiais poderes patronais de repressão e manobra que têm de enfrentar. São os poderes dum gigantesco grupo monopolista, cuja característica principal reside na utilização, no mesmo elevado grau, dos meios mais violentos de reprimir e dos meios «pacíficos» de paralisar e desunir; meios que vão desde a força militar até à larga capacidade financeira para corromper, levantar fachadas, sustentar propagandas, criar ilusões, alimentar laiaos, pagar agentes e fazer concessões menores desviando as atenções do essencial. Se atribuímos o devido peso a esta especial situação dos trabalhadores da CUF e os obstáculos correspondentes que têm de remover, não deixaremos de considerar as lutas ali travadas como das mais relevantes.

A necessidade das formas superiores de luta

Não deve bastar aos trabalhadores da CUF a satisfação de tal reconhecimento. As debilidades de que têm enfermado as suas lutas são muito grandes, sem excluir a que levou ao recente aumento de salários.

Isto significa que os trabalhadores precisam de dar mais um passo em frente, anular os fins demagógicos da CIE, continuar a travar a luta pelas suas reivindicações, conservando uma apreciável unidade e utilizando a «cera», as paralisações, as concentrações e outros tipos de acção, incluindo a greve. Precisam mesmo de alcançar importantes vitórias neste terreno. Têm lutado, mas precisam de lutar ainda mais e até onde for preciso, a fim de imporem a sua vontade.

Será necessário corrigir erros cometidos: a falta de persistência nas reivindicações postas e na agitação e organização da luta pelas mesmas; a falsa avaliação das forças em presença e a consequente formulação ou de reivindicações exageradamente grandes (exigência simultânea de aumento geral de salários, pagamento do 7º dia e salário igual para trabalho igual) ou em termos demasiado esquemáticos que não favorecem o desenvolvimento da luta, antes a conduzem à estagnação quando não há condições para obrigar o patronato a ceder sem delongas (colocação de uma só reivindicação e nenhuma outra enquanto não satisfeita a primeira).

Mas será sobretudo necessário que os trabalhadores da CUF introduzam, eles também, novos meios na sua luta de classe: as grandes concentrações e paralisações, as reduções gerais de produção e a greve.

Nos anos de 1963 a 65 e 1966, os trabalhadores lançaram duas fortes lutas pelas suas principais reivindicações. Mesmo assim, o patrão resistiu, embora tendo que fazer apreciáveis concessões. Não obstante, em 1963 organizou-se um abaixo-assinado que foi o maior de todos (5.000 assinaturas); em 1964 e 1965, verificou-se uma onda de indignação impetuosa que se concretizou sob várias formas, entre elas a «cera», culminando com paralisações nalgumas secções e concentrações; em 1966, os trabalhadores travaram uma luta persistente e corajosa no âmbito da CIE, onde, em reuniões sucessivas em que participaram largas centenas de operários e em tempestuosas reuniões com o patrão, exigiram o pagamento do 7º dia e aumento de salários; ainda por esta mesma reivindicação foi desencadeada uma campanha de redução de produção a qual, apesar das suas limitações, não deixou de se fazer sentir.

Mas mostra também como estão ausentes as formas de luta mais decisivas, organizadas e desencadeadas à escala de toda a empresa. Querá isto dizer que é impossível atingir esse ponto?—Cremos bem que não.



Unam-se os trabalhadores ainda mais; coloquem com continuidade e persistência as reivindicações que forem do profundo desejo da grande massa; criem as suas próprias comissões de unidade que fomentem a luta no local de trabalho e mesmo nas reuniões da CIE; travem a luta na CIE e simultaneamente fora dela, com acções nas secções e escritórios, junto dos encarregados e do patrão; elevem a luta a formas superiores — e veremos como o proletariado da CUF, que já provou a sua capacidade para os grandes

combates, conquistará as suas principais reivindicações.

Aos eficazes processos de exploração e opressão dos poderosos capitalistas da CUF, aos seus meios de acção — deverão responder os trabalhadores com todos os meios da ainda mais poderosa classe operária: maior e mais firme unidade na acção, maior organização, maior decisão — avançar até onde for preciso: até às grandes concentrações e paralisações, à redução geral de produção, à greve.

A experiência da Revolução Socialista de Outubro

Para a luta da classe operária portuguesa

A conquista do poder pela classe operária russa, a 7 de Novembro de 1917 (25 de Outubro no antigo calendário) surge como o maior acontecimento histórico da nossa era, assinalando o começo da destruição do sistema capitalista mundial pelo proletariado revolucionário e o triunfo das ideias do socialismo científico.

Destruindo a base económica do capitalismo, pondo fim ao regime de miséria e de exploração, a Revolução Socialista de Outubro colocou nas mãos da classe operária e dos trabalhadores os meios de produção, entregou a terra aos camponeses, libertou as nações oprimidas do velho império czarista, elevou-as à categoria de nações livres, soberanas e iguais em direitos, instaurou a ditadura do proletariado, a democracia para os trabalhadores, sob a forma de estado socialista soviético.

A Revolução Socialista de Outubro fez sair a Rússia da guerra imperialista de 1914-18, libertou os povos da Rússia da dominação do capital estrangeiro, concedeu à Mulher direitos iguais aos do Homem, conduziu o País pela via do socialismo, transformou este no mais poderoso bastião da paz e da independência dos povos.

A Revolução Socialista de Outubro demonstrou o papel de vanguarda da classe operária na construção da nova sociedade, a sua força revolucionária, o seu heroísmo e capacidade de luta, sob a direcção do Partido Comunista, forjando e fortalecendo a aliança com os camponeses, com as massas trabalhadoras da cidade e do campo, com os soldados e marinheiros, para marcharem ao assalto da velha ordem capitalista e instaurarem o sistema do socialismo.

Sob a influência da Revolução Socialista de Outubro, a classe operária portuguesa ganhou uma nova consciência da sua força, das suas possibilidades de luta e buscou novos caminhos para a conquista da sua emancipação completa, libertando-se da influência do anarcosindicalismo e dos conceitos reformistas que dominaram o movimento operário em Portugal.

Em 1919, os trabalhadores portugueses criam a primeira organização de vanguarda — a *Liga Meximalista* — que defende a necessidade da ditadura do proletariado e desenvolve uma larga campanha em torno da Revolução Socialista de Outubro. Em 1921 surge o Partido Comunista Português que sob a influência da Revolução de Outubro imprime novos rumos ao movimento operário no nosso País.

Estimulados pelos sucessos da Revolução Socialista e pela onda de lutas e revoluções que varreram a Europa, os trabalhadores portugueses lançam-se em poderosas acções contra a exploração capitalista. O ano de 1918 conhece grandes lutas dos trabalhadores rurais. A luta pela posse da terra começa a ganhar a consciência dos operários agrícolas em certas zonas do Alentejo. Em *Vale de Santiago* os trabalhadores ocupam as terras dos grandes proprietários e pretendem explorá-las em seu proveito. Uma impiedosa repressão se abateu sobre eles e provocou deportações para Angola. O ano de 1919 assinala o ascenso do movimento operário português com greves sucessivas que abarcam sectores importantes, mobilizando os operários corticeiros, metalúrgicos, dos tabacos, da construção civil, marítimos, ferroviários, gráficos, indústria de calçado e outros. Até 1924 a luta da classe operária não cessa de crescer, apesar da encarniçada resistência das forças capitalistas e dos governos que as serviam.

A classe operária portuguesa saudou com júbilo a vitória do proletariado na Revolução Socialista de Outubro e participou nas múltiplas acções dos trabalhadores à escala internacional contra a intervenção estrangeira, que visava esmagar a jovem república soviética. Na *Conferência Nacional dos Transportes*, realizada em Fevereiro de 1920, os trabalhadores portugueses tomaram resoluções para sabotar o envio de tropas, munições, armas e víveres à contra-revolução, reafirmando a sua solidariedade ao proletariado russo.

Novos caminhos

sobre a base de uma experiência histórica

As lições do grande Outubro são ensinamentos do marxismo-leninismo em que assenta a estratégia e a tática dos partidos comunistas e operários, em que se baseia a luta do proletariado revolucionário pela conquista da Democracia e do Socialismo.

Os êxitos da Revolução de Outubro estão expressos na edificação do socialismo na União Soviética, na transformação de um país agrário, atrasado, numa potência industrial avançada, que colocou as conquistas da Ciência e da técnica ao serviço do bem-estar dos trabalhadores, que pôs fim ao desemprego, à insegurança do dia de amanhã, à incultura do povo, que se lançou na conquista do cosmos, que constrói já as bases técnico-materiais do comunismo.

Os resultados da Revolução de Outubro medem-se nos progressos alcançados em cinquenta anos de poder soviético, nos benefícios trazidos à classe operária, aos camponeses, aos intelectuais, à mulher, à juventude, pelo regime socialista triunfante. Medem-se pelos progressos do socialismo no mundo, pela existência do campo socialista, pelos êxitos dos movimentos de libertação nacional, pelo crescente desenvolvimento da luta dos trabalhadores, pelo papel determinante que cabe à classe operária internacional na luta pela democracia e o socialismo, pela independência nacional e a paz.

Desde que a classe operária portuguesa se encontrou no centro da luta anti-fascista e popular e se tornou a sua força de vanguarda, a experiência da Revolução Socialista de Outubro ganhou uma maior projecção, pois permitiu ao proletariado revolucionário e ao seu Partido Comunista a busca de soluções apropriadas à luta contra a ditadura fascista e o poder dos monopólios, a elaboração de uma estratégia e tática que possibilitem a vitória das forças democráticas. Não se trata de refazer o caminho do grande Outubro, mas de retirar deste acontecimento de repercussão internacional os ensinamentos que ele comporta para a realização da revolução democrática e nacional, para a luta da classe operária portuguesa.

Que nos demonstra a experiência do proletariado russo? Ela demonstra-nos que não é possível vencer o poder dos capitalistas sem uma luta pertinaz dos trabalhadores, pela conquista dos seus direitos, utilizando as mais variadas formas de acção no terreno ilegal, legal e semi-legal, de modo a desenvolver a sua consciência de classe, a radicar a necessidade de novas e mais profundas lutas, de modo a forjar a experiência revolucionária que há-de determinar a conquista do poder. Só a luta da classe operária abre o caminho à sua total emancipação. Só a luta persistente, plena de abnegação e de heroís-

mo conduzirá à destruição do poder do capitalismo e à instauração da sociedade socialista. Mas a luta contra o sistema capitalista é uma luta difícil e dura que exige o conhecimento da doutrina marxista da estratégia e da tática revolucionárias, que exige a existência de uma vanguarda organizada—o Partido do proletariado—apto a conduzir a luta dos trabalhadores e a orientá-los nas condições mais complexas até à vitória final.

A vitória da Revolução de Outubro foi possível porque à frente da classe operária se encontrou um partido de tipo novo, temperado na acção, armado de uma doutrina revolucionária, o marxismo-leninismo, soldado por uma férrea disciplina, gozando da confiança e do apoio das mais amplas massas laboriosas.

«O Partido Bolchevique reuniu numa só torrente revolucionária a luta da classe operária pelo socialismo, o movimento do povo a favor da paz, a luta camponesa pela terra, a luta de libertação nacional dos povos oprimidos da Rússia e canalizou estas forças para a abolição do capitalismo». (Programa do Partido Comunista da União Soviética—edição portuguesa).

A experiência da Revolução Socialista de Outubro demonstra à classe operária portuguesa que não é possível destruir o regime fascista e realizar a revolução democrática e nacional sem realizar a aliança com os camponeses, base indispensável da unidade com os outros sectores sociais e as forças anti-fascistas que se opõem à ditadura, sem reforçar o combate contra a dominação colonial e a guerra conduzida pelos monopólios capitalistas em África, sem reforçar a acção em defesa da paz e da independência nacional.

Tal como o comprova a experiência do proletariado russo, não é possível empreender a destruição do estado fascista no nosso país e realizar a revolução democrática e nacional, sem uma luta ideológica activa contra os conceitos oportunistas que pretendem entregar a direcção do movimento popular e democrático aos representantes das forças monopolistas, sem uma batalha política tendente a combater os erros táticos, de apreciação da situação nacional, que conduzem ao immobilismo, à inacção, à impotência política ou seguem caminhos inversos, considerando que amadureceram as condições para se passar imediatamente à insurreição através da acção de pequenos grupos armados, condenando deste modo o movimento democrático ao insucesso e a uma trágica derrota.

Não é possível derrubar a ditadura fascista sem a acção das massas populares, sem o desenvolvimento das suas lutas, sem o entrelaçamento das lutas económicas e políticas, sem as formas

legais e ilegais de acção, sem a existência da organização que assegure a continuidade da luta das massas populares e conduza estas ao levantamento nacional, à insurreição armada, ao derubamento da ditadura.

Ao analisar a experiência da revolução de 1905 Lénine assinalava que «só a luta económica, que só a luta pelo melhoramento imediato e directo da sua sorte pode abalar as camadas mais atrasadas das massas exploradas, educá-las verdadeiramente e na época revolucionária fazer delas em alguns meses um exército de combatentes políticos».

O domínio de uma ditadura fascista em Portugal, ligado à intensificação do terror e ao reforçamento do seu aparelho repressivo e estatal não permitem considerar uma solução pacífica do problema político português no sentido da democracia. Aguardar que o fascismo se esgote a si próprio, pelo jogo natural das suas contradições internas é condenar a luta popular e democrática às posições capitulacionistas, é entregar a solução dos problemas nacionais às forças políticas que se opõem ao triunfo da democracia e ao desenvolvimento democrático do País.

A luta contra a ditadura fascista exige, como repetidas vezes o tem assinalado o Partido

Comunista Português, um combate incessante, organizado em vários planos, tomando formas diversas que mobilizem, dia após dia, novas forças da classe operária e das massas trabalhadoras, que passe do domínio da empresa para o da região, para o do mesmo ramo industrial, estendendo-se ao País inteiro sob a forma de lutas reivindicativas por aumento de salário e melhores condições de vida, pela satisfação das reivindicações fundamentais das amplas massas laboriosas dos camponeses, dos intelectuais, da juventude, das mulheres, abarcando a luta pela paz e contra as guerras coloniais, englobando a conquista da democracia e da independência nacional, até que atinja a fase decisiva do levantamento nacional, da luta unificada contra a ditadura, da insurreição popular.

Inspirado nos ensinamentos da Revolução Socialista de Outubro, o Partido Comunista Português conduzirá a classe operária e o povo à vitória, reforçando o seu trabalho de organização à escala do País, fortalecendo e ampliando a sua ligação com as massas, conduzindo estas na sua luta diária, educando-as, treinando-as, unindo-as, preparando-as para formas superiores de acção, para o assalto final contra a ditadura, para a realização da revolução democrática e nacional, para o triunfo do socialismo.

A luta dos portuários de Lisboa

Os portuários de Lisboa encontram-se em luta pela conquista de reivindicações imediatas. Trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados, que têm dado provas de combatividade, vêm recorrendo a formas várias de acção, sem que até agora tenham conseguido a plena satisfação das suas necessidades. Esta situação está largamente ligada às condições em que o movimento se processa, às deficiências que regista e às manobras do patronato e do governo,

que utilizam os seus agentes com o objectivo de dividir os trabalhadores e de manter sobre eles o peso da exploração, sem que se vejam obrigados a satisfazer as reivindicações formuladas. Vencer esta situação, unir, organizar e orientar os portuários, quer sejam sindicalizados ou não, é uma necessidade imperiosa, sem a realização da qual se torna difícil fazer vergar o patronato e as autoridades fascistas.

Os resultados da unidade e da luta

Atentemos na experiência da luta dos portuários de Lisboa no decurso do ano passado. Faz agora precisamente um ano que os trabalhadores do porto de Lisboa se lançaram em greve pela conquista das suas reivindicações e em particular o aumento de salários, recusando-se a fazer horas extraordinárias. Em consequência dessa greve, grande número de barcos ficou paralisado no porto de Lisboa, sem movimento de descarga durante vários dias ou partindo sem terem efectuado carregamentos.

Esta luta foi antecedita de uma persistente acção legal através do sindicato e da apresen-

tação das suas reivindicações. Às propostas do Grémio dos Armadores e do Instituto Nacional de Trabalho sobre o novo contrato colectivo, os portuários responderam com uma recusa, pois o documento não satisfazia as suas reivindicações. Após várias diligências junto do sindicato, do Ministério das Corporações e do I.N.T., foi resolvido iniciar a greve com o apoio de todos os trabalhadores. Os portuários fundiram os seus interesses, reforçaram a sua unidade e deram início a um movimento grevista que durou 35 dias e terminou com uma vitória. No decurso da greve, os trabalha-

dores realizaram várias reuniões e concentrações no sindicato, reafirmando a sua unidade e disposição de luta e insistindo na satisfação das suas reivindicações. Foi a unidade dos portuários, foi a sua disposição de luta, que permitiram iniciar e manter a greve e levá-la a bom resultado.

A greve é uma importante arma de luta nas mãos dos trabalhadores, contra a exploração capitalista. Força o patronato a ceder, em face dos prejuízos que lhe acarreta uma paralisação de trabalho. A greve robustece a capacidade de luta dos trabalhadores, reforça a sua unidade e organização, dá-lhes uma noção mais exacta da sua força e do papel decisivo que desempenham na sociedade capitalista. A greve robustece a consciência de classe dos trabalhadores, ensina-os a lutar pelos seus direitos. Alargando a greve de uma empresa a um ramo indus-

trial, a uma região, ao País inteiro, os trabalhadores estão criando as condições para a sua total emancipação, porque estão reforçando a sua combatividade e unidade, porque estão melhorando a sua organização, porque estão conquistando novas reivindicações, porque se estão treinando para novas lutas que hão-de conduzir ao derrubamento do poder capitalista.

Para que uma greve seja vitoriosa precisa de assentar sobre a unidade dos trabalhadores, sobre a sua firme disposição de luta. Assim sucedeu com os portuários de Lisboa, em meados do ano passado. Por esse facto o patronato e o governo se viram obrigados a negociar com os trabalhadores um contrato colectivo provisório, satisfazendo parcialmente as suas reivindicações e deixando para seis meses depois a solução dos problemas sobre os quais não foi possível chegar a acordo e que ficariam inscritos no contrato colectivo definitivo.

Contra as manobras de divisão

A unidade e a luta dos portuários

Qual a situação que neste momento existe entre os portuários de Lisboa? Face à exploração patronal, face à luta pela conquista das suas reivindicações, os trabalhadores encontram-se divididos. Daqui decorrem sérios prejuízos para a condução da sua luta.

O facto de existirem entre os portuários duas categorias—os sindicalizados e os não sindicalizados, a quem chamam os trabalhadores da rua, os primeiros totalizando 1.500 e os segundos cerca de mil—tem sido motivo de divergências e de divisões no seio dos portuários. É de salientar que o patronato e o governo têm sabido aproveitar habilmente esta situação para levar a água ao seu moinho, procurando acentuar essa divisão por formas variadas, para emperrar o desenvolvimento da luta.

Até ao presente momento não foi ainda assinado o contrato colectivo de trabalho em que se devem inserir as reivindicações dos trabalhadores que ficaram por solucionar no contrato provisório. O documento do patronato e das autoridades fascistas pretende impôr em definitivo as normas do contrato assinado em Junho, mantendo os mesmos salários. Os portuários lutam pela extensão do salário dos trabalhadores do 1º turno, que foi aumentado em 32\$00, aos trabalhadores do 2º e 3º turnos, acrescido de 50 e 100 por cento respectivamente. O grémio dos armadores quer fixar as percentagens em 30 e 60 por cento. Há ainda outras reivindicações, como o quantitativo do pagamento das horas das refeições, das horas extraordinárias logo a seguir ao turno, a percentagem a pagar pelo trabalho com carga nociva tóxica, em granel, molhada, etc., que exigem solução con-

cordante com os interesses dos trabalhadores. Enquanto os portuários sindicalizados se opõem à assinatura do contrato, porque nele se não consideram as reivindicações formuladas, os trabalhadores não sindicalizados desejariam vê-lo aprovado, por lhes atribuírem algumas das regalias pelas quais lutam, como por exemplo, a promessa de sindicalização efectiva (actualmente, embora descontando para o sindicato não beneficiam de regalias da sindicalização). Neste ambiente, há entre os sindicalizados pouco entusiasmo no apoio às reivindicações próprias do pessoal não sindicalizado, o que tem criado dificuldades à sua solução.

Está mais do que ultrapassado o prazo para a assinatura do contrato definitivo de trabalho, que devia ter entrado em vigor em Dezembro passado. Os portuários não podem deixar arrastar a presente situação. Entretanto o patronato continua a manobrar para manter a divisão dos portuários, sabendo que este é o melhor processo de não satisfazer as suas reivindicações. Coloca-se com toda a urgência a necessidade absoluta dos trabalhadores lutarem com firmeza pela assinatura do contrato colectivo, de ultrapassarem as suas divisões ocasionais e apresentarem uma frente comum contra o patronato e as autoridades fascistas, lutando unidos pelas reivindicações que todos apoiem. Do mesmo modo que as reivindicações dos não sindicalizados não devem ferir os interesses dos sindicalizados, também as reivindicações destes não devem prejudicar os interesses dos trabalhadores da rua. A unidade dos portuários é uma garantia de vitória. A experiência do ano passado assim o demonstra.

Numa Assembleia Geral foi dada à Direcção da União dos Sindicatos do porto de Lisboa plenos poderes para negociar. Os portuários não devem aceitar uma tal resolução, mesmo que se trate de uma direcção honesta, pelas consequências negativas que pode trazer, pelas manobras em que se podem ver envolvidos. A pró-

pria direcção, se ela é de facto composta de homens sérios, não deve levar a cabo semelhante resolução. É em estreita ligação com os portuários, expressando os seus interesses e defendendo-os com firmeza, que os dirigentes sindicais honestos devem proceder.

Objectivos comuns e uma luta unida e corajosa

Parece-nos correcta a opinião de uma grande parte dos trabalhadores de ambas as categorias que defendem a apresentação de um número determinado de reivindicações fundamentais que possam mobilizar todos os portuários e em torno das quais se desenvolva uma luta unida. Essas reivindicações poderiam ser:

- Imediata sindicalização dos trabalhadores da rua;
- Eliminação da exigência do registo criminal limpo e da 4ª classe para efeitos de sindicalização e não pagamento de cota enquanto a sindicalização se não efectivizar;
- Aumento geral de salários de acordo com o aumento do custo de vida, para todos sem excepção, com efeito em todos os períodos de trabalho;
- Negociação de um novo contrato colectivo de trabalho em que fiquem consignadas estas regalias, assim como outras, comuns a todos os portuários.

No interesse da luta de todos os portuários pensamos que os trabalhadores da rua não devem reclamar a entrada em vigor do novo contrato, uma vez que prejudica os trabalhadores sindicalizados, abolindo várias regalias existentes acto, que virá a reflectir-se, também, na vida dos não sindicalizados logo que estes obtiverem a sindicalização. Uma tal atitude levantaria a oposição activa da massa dos sindicalizados.

Por outro lado, os trabalhadores sindicalizados só têm interesse em apoiar as justas reivindicações dos trabalhadores da rua, porque que-

bram deste modo as manobras de divisão do patronato e dos seus agentes, porque ganham a colaboração e apoio activo destes combativos companheiros de trabalho na luta pela melhoria da situação de todos os portuários. A melhoria das condições de vida e de trabalho dos sindicalizados não deve ser obtida à custa da maior exploração e de um trabalho desigual, ligados à privação de certos direitos e a um tratamento desigual que atingem centenas dos seus companheiros e camaradas não sindicalizados.

Os portuários não devem morder a isca neste jogo da divisão e das rivalidades em que só o patronato explorador e as autoridades fascistas podem estar interessados. Os trabalhadores estão interessados na sua unidade, porque estão e devem estar interessados na luta pela conquista de melhores condições de vida.

Os trabalhadores mais conscientes, comunistas, católicos, socialistas, que sejam sindicalizados ou não, devem desenvolver uma actividade de esclarecimento, tendente a unir todos os portuários em torno das reivindicações comuns, quebrando deste modo as manobras do patronato e do fascismo para manter desunidos os trabalhadores do porto de Lisboa, que têm dado prova de uma exemplar combatividade e que no ano passado, mercê da sua luta unida e da sua firmeza, despertaram um vivo sentimento de simpatia e de apoio entre os trabalhadores portugueses e a classe operária de vários países.

Só a unidade e a acção combativa trarão aos portuários novas vitórias. Só elas os libertarão da exploração capitalista. Tais ideias devem penetrar profundamente na consciência de todos os trabalhadores. O proletariado dividido está condenado à derrota.

LIBERDADE DE DISCUSSÃO E DE CRÍTICA

No nosso Partido há ampla liberdade de discussão e de crítica e os militantes usam constantemente dela. A discussão, a crítica, a elaboração colectiva das decisões, são bases do trabalho do Partido, e método imprescindível para tomar decisões correctas, para corrigir e rectificar erros, para preparar os quadros, para fortalecer a unidade e a disciplina do Partido. Nos últimos anos têm tido lugar no nosso Partido largos debates, em que os membros do Partido exprimem aberta e francamente as suas opiniões e as suas críticas à actividade geral do Partido

e dos organismos dirigentes, incluindo o Comité Central. A discussão no Partido dos Projectos do Programa e dos Estatutos constitui um elevado exemplo da participação dos militantes na elaboração da linha política e tática do Partido, da liberdade de crítica, da aplicação dos princípios do centralismo democrático.

ÁLVARO CUNHAL—Relatório da actividade do Comité Central ao VI Congresso do Partido Comunista Português.